



UFMG
MANUELZÃO
Saúde, Ambiente e Cidadania na Bacia do Rio das Velhas

85
AGO/19



O efeito dominó das barragens

VALE ASSASSINA

Vale assassina

Mata boi e mata galinha,
Mata peixe, mata rio, mata a pescaria,
Mata o Rio Doce e o Paraopeba
E o São Francisco, será que também já era?

Vale assassina

Mata o pai, a mãe e também a filha,
Mata o tio, a tia e a sobrinha,
Mata a avó e a netinha,
Mata 7, 6, 5 pessoas da mesma família.

Vale assassina

Mata o macaco e o passarinho,
Mata a vaca e o bezerrinho,
Mata toda natureza bem devagarinho,
Mata Mariana, mata Brumadinho,
Mata o que tiver em seu caminho.

Vale assassina

Mata terceiro e o contratante,
Mata funcionário e visitante,
Mata o vizinho e o sitiante,
Mata tudo em apenas um instante.

Vale assassina

Mata o hoje, o depois e o amanhã,
Mata piaba, traíra e até o pacumã.
Derruba casa, estrada e ponte,
Mata os sonhos até além do horizonte.

Vale assassina

Sabia de tudo na Samarco de Mariana antes de novembro,
Calcula o valor das perdas de cada assombro,
Sabia de tudo em Brumadinho com muita antecedência,
Renova e enrola, age com dolo, sem nenhuma decência.

Vale assassina

Só não mata os dividendos a cada trimestre,
Porque dinheiro... o acionista merece.
Mas o administrador se esquece
Que enquanto ele enriquece,
Ao seu redor tudo apodrece,
Essa Vale, Minas Gerais não carece!

Nada vale essa Vale!

Poema de CAM, um atingido por barragem

A CRONOLOGIA	3
O DESASTRE	4
A LEGISLAÇÃO	14
O MEIO AMBIENTE	15
O ÁGUA LIMPA	16
O RIBEIRÃO DO EIXO	19
O RIBEIRÃO DO ONÇA	21
O CONAMA	23

COORDENAÇÃO GERAL

Marcus Vinicius Polignano
Thomaz Matta Machado

CONSELHO EDITORIAL

Marcus Vinicius Polignano
Carla Wstane
Eugênio Marcos Andrade Goulart
Procópio de Castro
Daniela Souza

JORNALISTA RESPONSÁVEL & REPORTAGENS

Daniela Souza

MTE 0019771/MG

Ennio Rodrigues

Júlia Pelinson

DIAGRAMAÇÃO

Procópio de Castro

CAPA

Luiz Prado

IMPRESSÃO

O Lutador

TIRAGEM

10.000 exemplares

ISSQN 2178 9363

É permitida a reprodução de matérias e artigos, desde que citados a fonte e o autor.

Universidade Federal de Minas Gerais

Av. Alfredo Balena, 190, sl. 813.

Belo Horizonte (MG) | CEP 30130-100

(31) 3409-9818 / www.manuelzao.ufmg.br

manuelzao@manuelzao.ufmg.br

Facebook: @projetomanuelzao

Instagram: @projetomanuelzao



- → **25 de janeiro:**
Rompe a barragem B1 da Mina do Córrego do Feijão, em Brumadinho.
- → **27 de janeiro:**
Moradores de Brumadinho deixam suas casas ao som de sirenes da Vale.
- → **8 de fevereiro:**
Moradores das cidades mineiras de Itatiaiuçu e Barão de Cocais são evacuados sob o risco de rompimento de barragens.
- → **11 de fevereiro:**
Instalação da CPI das barragens na Câmara Municipal de Belo Horizonte
- → **14 de fevereiro:**
É criado o Gabinete de Crise da Sociedade Civil – Plataforma de Informação e Justiça Socioambiental.
- → **16 de fevereiro:**
A comunidade de Macacos (São Sebastião das Águas Claras), em Nova Lima (MG), também é evacuada, sob risco de rompimento da barragem B3/B4 da Mina do Mar Azul.
- → **20 de fevereiro:**
Pessoas são retiradas de suas casas em Nova Lima e Ouro Preto. No caso de Nova Lima, foram evacuadas as que viviam próximas à barragem de Vargem Grande. De Ouro Preto, foram removidas as pessoas viviam próximas à comunidade Engenheiro Correia e das barragens Forquilha I, Forquilha II, Forquilha III e Grupo.
- → **25 de fevereiro:**
Sancionada a Lei 23.291, que institui uma nova política estadual de segurança de barragens, fruto do PL Mar de Lama Nunca Mais.
- → **26 de fevereiro:**
Justiça concede à Samarco o adiamento do prazo de entrega das casas de Bento Rodrigues, em Mariana, para agosto de 2020. O prazo inicial era março de 2019. Nenhuma casa foi construída ainda.
- → **12 de março:**
Ministério Público alerta a população de Congonhas e recomenda a retirada de 2,5 mil pessoas da cidade. Companhia Siderúrgica Nacional (CSN) ignora recomendação e afirma que a barragem Casa pedra tem laudo de segurança.
- → **13 de março:**
Instalação da CPI da Barragem de Brumadinho na Assembleia Legislativa de Minas Gerais
- → **21 de abril:**
32 barragens da Vale em Minas Gerais estão interditadas.
- → **24 de abril:**
Tribunal Regional Federal de 1ª Região libera executivos de Vale, Samarco e BHP Billiton de ação penal pelo crime de homicídio e por lesão corporal em razão do rompimento da barragem em Mariana.

- → **25 de abril:**
Instalação da CPI de Brumadinho na Câmara dos Deputados
- → **2 de maio:**
Vale processa empresa que atestou segurança de barragem de Brumadinho, a alemã Tüv Süd.
- → **9 de maio:**
Acordo determina que a Vale deve construir um novo sistema de captação no rio Paraopeba para segurança hídrica de Belo Horizonte, até setembro de 2020.
- → **25 de maio:**
Data estipulada pela Vale para o rompimento do talude norte da Mina Gongo Soco. População de Barão de Cocais fica apreensiva, já que há risco de rompimento da barragem Sul Superior caso o impacto do talude sobre a cava seja grande.

Acontece o primeiro simulado de evacuação de emergência em Belo Horizonte, nos bairros Maria Tereza e Beija-Flor, ameaçados pela barragem Forquilha I, da Vale. Além da capital, diversas comunidades do interior de Minas Gerais já foram submetidas a simulados de emergência.
- → **31 de maio:**
Parte talude norte da Mina Gongo Soco, em Barão de Cocais (MG), se desprende, mas barragem Sul Superior não rompe.
- → **5 de junho:**
Dia Mundial do Meio Ambiente – corpo da 246ª vítima da tragédia da Vale em Brumadinho é identificado, 24 continuam desaparecidas.
- → **25 de junho:**
Plenário da Câmara Federal aprovou 4 das 9 propostas da Comissão Externa Desastre de Brumadinho para um novo marco regulatório da mineração no país: PLs nº 2.787/2019; 2.788/2019; 2.790/2019; e 2.791/2019.
- → **02 de julho:**
Relatório final da CPI de Brumadinho no Senado concluiu que a Vale conhecia os riscos, e pediu o indiciamento de 14 pessoas. Ainda, o relator da CPI apresentou três Propostas de Lei relacionadas à segurança de barragens, à tributação da mineração e ao endurecimento de penas para crimes ambientais.
- → **9 de julho:**
Vale é condenada pela primeira vez pelo rompimento da barragem da Mina de Córrego do Feijão. O juiz da 6ª Vara da Fazenda Pública e Autarquias Elton Pupo Nogueira condenou a empresa a reparar os prejuízos provocados pela tragédia, sem fixar valores. R\$ 11 bilhões mantiveram-se bloqueados para garantir os pagamentos.

LAMA INVISÍVEL, A EXPROPRIAÇÃO DE TERRITÓRIOS E O SOFRIMENTO DOS ATINGIDOS

DANIELA SOUZA
Jornalista

Antes do rompimento da barragem da mina Córrego do Feijão da Vale, em Brumadinho, todas empresas afirmavam a segurança das estruturas de barragens, e as comunidades sequer sabiam da existência de manchas de inundações, e muito menos que corriam riscos.

Depois do desastre causado pela mineradora houve um efeito cascata, demonstrando o quanto eram falsos os dados e as informações sobre as seguranças de barragens. E assim, da noite para o dia, comunidades foram tomadas de assalto, sendo retiradas de suas propriedades e do seu processo de vida. Uma lama invisível passou a atingir diferentes territórios, aumentando o número de atingidos pelas atividades minerárias.

No dia 8 de fevereiro, Barão de Cocais e Itatiaiuçu enfrentaram pela primeira vez a lama invisível, quando barragens de mineração foram classificadas sob risco iminente de rompimento, e 700 pessoas foram retiradas de suas casas.

No dia 16, cerca de 270 pessoas foram evacuadas em Macacos, distrito de Nova Lima. Quatro dias depois, 125 pessoas foram expulsas de seus lares em Nova Lima e Ouro Preto. Sem informações claras, as intervenções das mineradoras inundaram de medo e pânico essas comunidades.

Para além de medo do rompimento, surgiu também a incerteza do futuro a partir das propostas que a empresa Vale tem apresentado às populações, incluindo a construção de muros gigantescos



Placa indica rota de fuga no centro de Barão de Cocais.

que avançam para os territórios além dos limites da empresa, fazendo expropriação de propriedades que podem trazer benefícios futuros para a empresa, causando o desaparecimento de comunidades e diferentes formas de viver.

A mina Gongo Soco e o terror em Barão de Cocais

A instabilidade da barragem Sul Superior, da mina Gongo Soco da Vale, em Barão de Cocais, privou os moradores das comunidades de Socorro, Piteiras e Tabuleiro de suas casas, suas vidas, seus costumes. Nesses territórios existem festas tradicionais celebradas há mais de 270 anos.

A região, que surgiu com o ciclo do ouro, é rica em história. Um exemplo é a Igreja Nossa Senhora Mãe Augusta do Socorro, a mais antiga igreja do Município e considerada a mais antiga representação do estilo Rococó em Minas Gerais. O prédio foi construído 1737 e tombado em 2016.

Depois da retirada dos moradores das três comunidades, chegou a vez das ruas do centro da cidade receberem pintura laranja nas calçadas, mostrando por onde é que a lama passaria. Placas de rota de fuga agora indicam para que rumo correr em caso de emergência, caminhões da mineradora passam a todo

o momento pela cidade e as informações continuam escassas.

Sozinha, em uma praça de Barão de Cocais, uma moradora de Socorro comenta entre conhecidos a sua situação: ela aguarda funcionários da Vale para levá-la à casa que encontrou para alugar no município, já que não pode voltar ao seu lar. Seus pertences já não estão mais lá, ela relata. A casa foi saqueada – mesmo que a mineradora tenha garantido que o local estava sendo monitorado 24 horas por dia.

“A cidade está sofrida nesse momento. A mineração tira a riqueza dela e não faz quase nada por Barão de Cocais. [No bar], a demanda caiu 90%. Hoje as pessoas não vêm por medo da barragem romper”, conta Anderson Moreira de Oliveira, cujo bar não tem mais público.

Além dos prejuízos, o medo e a preocupação lhe tiram o sono. “Pintaram tudo aí de laranja e falaram que se estourar lá, vai inundar aqui. A gente está apreensivo. A gente dorme e não sabe o que vai encontrar quando acordar, a gente não dorme direito”.

Desde fevereiro, a venda de antidepressivos e medicamentos para dormir triplicou em Barão de Cocais. “O normal era vender dez caixas desses medicamentos por semana. Agora, vendemos 30. As



“pessoas estão com medo, sem conseguir dormir direito”, contou o farmacêutico Diego Augusto Moreira, ao Jornal O Tempo.

Para conter os rejeitos da barragem, a empresa determinou urgência na construção de um muro – que isolará definitivamente Socorro, Piteiras e Tabuleiro. A obra não faz muito sentido, já que vai demorar um ano para ficar pronta e o rompimento da barragem pode acontecer a qualquer momento.

Porém, sabe-se que a área da construção é de interesse da mineradora, e poderia ser usada para aumentar sua capacidade de mineração na Mina Baú e interligá-la a de Gongo Soco, como denuncia o Movimento Pelas Águas e Serras de Minas.

“Independentemente do rompimento ou não, já estamos sofrendo. Esse muro que eles vão construir traz uma segurança que deveria ter sido pensada antes. Se tem a possibilidade de rompimento e o muro não pode ser construído da noite para o dia, por que construir agora?”, questiona Daniele Fernanda Santos, moradora de Barão de Cocais.

A expropriação de território em André do Mato Dentro

Os reflexos das obras emergenciais de Barão de Cocais alcançaram até mesmo a comunidade de André do Mato Dentro, em Santa Bárbara. Lá, onde passa o córrego Cassimira e suas águas de classe especial, as máquinas da mineradora invadem o território da população, munidas de documentos judiciais e ameaças de multa – R\$ 100 mil a R\$ 1 milhão por dia caso os moradores se recusem a ceder as terras.

Glória Regina Oliva Perpetuo, é produtora agroecológica em André do Mato Dentro desde 1983, e denuncia a ação da mineradora na comunidade. “É expulsão de fato, é dominar o território. Eles estabelecem negociações sigilosas, é o que se ouve no discurso das pessoas, o que elas viram acontecer em outros lugares: a Vale chega comprando tudo e se você não quer vender, fica isolado e com as relações sociais destruídas porque foi todo mundo embora e a sua terra não vale mais nada”.

A mancha invisível sobre Macacos

Os moradores de Macacos (São Sebastião das Águas Claras) também ouviram as sirenes que amaldiçoam comunidades cercadas por barragens. A rota da lama tóxica (presença de metais pesados) da

barragem B3/B4, também da Vale, passa por cima de pousadas e residências do distrito de Nova Lima, que até então vivia cheio de turistas.

Os moradores foram evacuados e os turistas não voltaram. Em matéria do Jornal O Tempo, publicada três meses depois do sinal de alerta, a prefeitura de Nova Lima informou que 90% do turismo continua prejudicado.

Nos restaurantes, são vouchers da mineradora que movimentam a economia. São R\$40 por dia, para serem gastos no almoço e no jantar, que garantem o faturamento desses estabelecimentos. Outros tipos de comércio, como pousadas e fábricas de doces não tiveram a mesma oportunidade. As pessoas que tinham independência financeira hoje estão reféns desses tickets.

Além disso, outras obras de contenção, como as de Barão de Cocais, estão acontecendo em Macacos, mas tudo o que se sabe sobre elas foi apresentado em uma reunião com a mineradora, em um apenas alguns slides. É o que conta a advogada Ana Eduarda Moraes.

“Eles vieram até uma reunião do subcomitê de bacia hidrográfica e fizeram uma apresentação de slides da construção dos dois muros em Macacos. Mas, não apresentaram documentos ou o responsável técnico pelas obras, então não sabemos se esse muro é a melhor opção técnica. Será mesmo que ele vai conter essa lama ou vai aumentar o estrago?”

“Macacos foi o lugar que escolhemos para criar nossos filhos, mas desde que a sirene tocou não temos mais paz para nada”, desabafa Jucineia Gomes de Moraes. O filho dela, de seis anos, tem sofrido as consequências do terror das barragens e da lama invisível.

“Ele sempre foi uma criança independente, mas desde que a sirene tocou ele passou a não dormir mais sozinho. Na volta às aulas, ele não queria ir e na escola começava a chorar. Estou lidando da forma que dá. Procurei a Vale, mas eles disseram que meu caso não era urgente”, relata.

Enquanto isso, a lama da Vale segue pelo rio Paraopeba

A devastação causada pelos rejeitos de minério tóxicos segue pelo leito do rio Paraopeba, e já alcançou a Cachoeira do Choro, uma comunidade de Curvelo as margens do curso d'água, onde a beleza da cachoeira e a riqueza de peixes orga-

nizavam a vida da população e encantavam os turistas. Após o crime da Vale o território esvaziou.

Pescadores não têm mais uma forma de sustento. Aqueles que produziam alimentos para os visitantes da cidade não têm mais fonte de renda, as pousadas estão vazias e várias casas estão à venda.

“Não temos perspectiva nenhuma de futuro, não temos apoio dos órgãos públicos e nem da Vale. Ela vem e sobrevoa, mas não desce para dar qualquer apoio ou justificativa. Eles nos negam até água”, relata Nívea Almeida Alves.

Para a advogada Cristianne Merino, moradora do Condomínio Encontro das Águas, vizinho à Cachoeira do Choro, as ações da mineradora devem ir além das reparações aos atingidos em forma de indenização.

“Quanto vale esse rio? Quanto vale cada árvore? Esse pagamento emergencial para as pessoas de Curvelo são 12 parcelas de um salário mínimo. Mas como é que vai estar o rio daqui a 12 meses?”, questiona.



Lama da Vale no curso do Paraopeba contaminou a Cachoeira do Choro

Remediações financeiras não resgatam a qualidade do rio Paraopeba e a beleza da Cachoeira do Choro. Enquanto isso, a lama tóxica com metais pesados continua chegando à Usina de Retiro de Baixo, ameaçando contaminar as águas da represa de Três Marias e a bacia do rio São Francisco.



OS CRIMES DAS MINERADORAS E A VIOLÊNCIA PSICOSSOCIAL

RENATO CRISPINIANO



DÉBORA DIANA DA ROSA
Psicóloga

Débora é doutora em Psicologia Social – UFMG, e acompanhou por quase dois anos e meio as famílias atingidas pelo rompimento da barragem de Fundão, em Mariana, além de participar de audiências públicas e atos realizados pelas atingidas e pelos atingidos para reivindicar seus direitos.

Os crimes dos rompimentos de barragens e suas consequências são expressões máximas de violências econômicas e institucionais das mais distintas ordens. Essas violências se transformam em sofrimento e se manifestam sobre as vidas cotidianas das pessoas submetidas a elas, em nosso caso os atingidos e atingidas direta e indiretamente pelas barragens de mineração.

Exemplos recentes foram os rompimentos das barragens da Samarco, Vale e BHP Billiton em Mariana, ocorrido em 5 de novembro de 2015, que deixou um rastro incalculável de destruição da natureza, além das mortes de trabalhadores e moradores das comunidades atingidas. Em 25 de janeiro de 2019, outra barragem da Vale rompeu em Minas Gerais, dessa vez em Brumadinho, causando mais mortes e destruição, que até o momento somam-se centenas de mortos e desaparecidos. Além dos danos e da dor causados por esses crimes,

a população mineira tem convivido com o medo constante de novas rupturas de barragens.

Estes crimes afetam o cotidiano das pessoas trazendo sofrimento e adoecimento mental, e são entendidos aqui como uma forma de violência psicossocial. Frans Fanon (1961) psiquiatra e filósofo, nos diz que o corpo carrega as marcas da opressão e da violência, e essas marcas são construções históricas

.....
“Enfatizamos que os modos de adoecer não podem ser descolados dos contextos sociais nos quais são produzidos”

e sociais que servem muitas vezes para sustentar um mundo de interdições para os mais pobres. Corroborando com tal compreensão, entendemos a violência psicossocial também como efeito de determinadas condições históricas que produzem sofrimento psíquico e relegam os sujeitos a posições socialmente subjugadas.

Dessa forma, entendemos que longe de uma concepção psychologizante que ignora o ser humano como produto de suas condições históricas, que vê o sintoma e não as suas causas, devemos compreender o sofrimento psicossocial vivido pelos atingidos e atingidas como conectados com as condições de vio-

lências a que foram e são submetidos e submetidas.

A violência psicossocial vivenciada por essas pessoas se manifesta enquanto efeito dos processos de deslocamento forçado, ruptura dos modos de vida, desemprego, insegurança, desrespeito, humilhação e falta de garantia dos direitos de reparação, perdas sócio comunitárias, perdas da natureza e mortes, para listar apenas alguns. Esses processos todos produzem adoecimentos. Os crimes da Samarco, BHP Billiton e Vale, também precisam ser compreendidos na dimensão dos corpos que sofrem, dos corpos atingidos, corpos em que se manifestam os desgostos, a tristeza, a ansiedade, a hipertensão, os problemas cardíacos, a obesidade, a dificuldade de dormir, a depressão. Corpos medicalizados, corpos contaminados com metais pesados.

Enfatizamos que os modos de adoecer não podem ser descolados dos contextos sociais nos quais são produzidos, pois, os diagnósticos no campo da saúde mental acabam tendo um significado que também é político, não são isolados, e não devem desimplicar as empresas em suas responsabilidades pelo crime que cometeram e do que precisam reparar.

Referência

Fanon, F. (1961). *Los condenados de la tierra*. Fondo de Cultura Económica de Argentina.

A SAÚDE E AS DOENÇAS DAS PESSOAS ATINGIDAS POR ROMPIMENTOS DE BARRAGENS DE REJEITOS DA MINERAÇÃO

TARCÍSIO MÁRCIO MAGALHÃES PINHEIRO
JANDIRA MACIEL DA SILVA
Professores do DMPS da Faculdade de Medicina

Rompimentos de barragens de rejeitos (RBR) de minerações podem adquirir grandes dimensões sociais e causarem graves impactos à saúde das pessoas e do ambiente. Os casos dos rompimentos da barragem de Fundão, em Mariana (2015) e a do Córrego do Feijão, em Brumadinho (2019) são dois lastimáveis exemplos recentes ocorridos em Minas Gerais.

Ambos foram gerados nos ambientes de trabalho da mineração de ferro, provocando um grande aniquilamento socioambiental e ocupacional em todo o território atingido, expresso no soterramento de casas; na destruição da organização de comunidades tradicionais, como quilombolas e indígenas; no sofrimento e morte de animais; no desemprego; na destruição de vários espaços de trabalho voltados para a agricultura familiar, a pesca, artesanato entre outros.

Além dos danos ambientais, a saúde da população pode ser muito atingida. Em Mariana, tivemos 19 mortes. Perdas humanas irreparáveis, precoces e evitáveis. Como se não bastasse, pouco mais de 3 anos depois estávamos diante de uma outra mortandade humana, pior ainda que a anterior, desta vez em Brumadinho, e envolvendo a mesma empresa de mineração – a Vale. O saldo do rompimento é de centenas de mortos e dezenas de desaparecidos

Mas não é só a dor da morte. É a dor dos vivos e sobreviventes de terem que continuar vivos e encontrar forças para reconstruir a vida que restou. Haja resiliência. Além de milhares de familiares, parentes, amigos e populações do entorno atingidos quem são os outros atingidos? Polêmicas infundáveis e protelatórias tem se dado para se definir e identificar quem são estes atingidos e como reparar-lhes os danos imediatos e amenizar-lhes os sofrimentos.

A Organização Mundial de Saúde (OMS) concebe a saúde nas suas dimensões físicas, mentais, sociais e espirituais, de modo integral e inter-dependente. As pessoas



atingidas vêm apresentando um quadro complexo e variável de sentimentos, vivências e males decorrentes da violência, do trauma, da injustiça, do desamparo e do desrespeito ao cidadão.

.....
“É a dor dos vivos e sobreviventes de terem que continuar vivos e encontrar forças para reconstruir a vida que restou.”
.....

Às vezes se associam a esta situação uma série de agravos e enfermidades. Estes podem ser de aparecimento, intensidade e gravidade variáveis que se manifestam como problemas dermatológicos (dermatoses, eczemas), alérgicos, respiratórios, mentais e psíquicos (ansiedades, fobias, pânico, ideações suicidas), abuso de álcool e de outras drogas; violência; agravamento de doenças crônicas pré-existentes, como hipertensão arterial e diabetes mellitus; quadros de doenças infecciosas dentre outros. Não é só a lama com seus metais pesados que pode trazer impactos à saúde dos atingidos mas é toda uma situação mais ampliada e de difícil controle.

Cabe lembrar ainda que diversas outras populações (Barão de Cocais, São Sebas-

tião das Águas Claras/Macacos, Lafaiete) estão passando por situações semelhantes e graves decorrentes da ameaça de rompimentos de outras barragens que implicam em incertezas, tensões contínuas, acionamentos de alertas e remoções preventivas. Como diz um conhecido locutor esportivo: “haja coração”. E podemos acrescentar: “haja saúde mental, social e espiritual”.

A dimensão e a complexidade dos danos à saúde, que no médio e longo prazo acometerão a população atingida, somente o tempo nos dirá. No entanto, caberá ao Sistema Único de Saúde (SUS) o grande desafio de organizar o cuidado à saúde desta população. Entretanto como cuidar dignamente destas populações tão violentamente atingidas num contexto de enorme crise social e de escassez de recursos?

E para o Estado e para a sociedade: como não permitir que esses rompimentos continuem a destruir vidas e o ambiente?

O desafio está posto! Que cada indivíduo e cada coletividade – sindicatos, associações, movimentos sociais, assumam seu papel histórico na luta permanente por condições dignas e justas de vida e de trabalho para todos os seres humanos.

A COMUNICAÇÃO QUE NÃO VALE

ENNIO RODRIGUES
jornalista

Desde o rompimento da barragem do Fundão, em 2015, na cidade Mariana (MG), o número de pessoas atingidas por rejeitos em Minas Gerais só aumenta. As informações oferecidas a essas populações pelas mineradoras têm sido incompletas, distorcidas ou de difícil acesso.

Como o Gabinete de Crise – Sociedade Civil: Plataforma de Informação e Justiça Socioambiental já havia alertado, a Vale vem utilizando a mídia paga através de comunicados para fazer propaganda tentando transformar vítimas em “beneficiários” de ações sociais ou “humanitárias”. Assim vem alardeando como benefícios os valores pagos por mortes ou por perdas de patrimônios nas comunidades de atingidos pelo crime por ela provocado.

Além disso, de acordo com a professora do programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP) e diretora-presidente do Coletivo Mídia, Identidade, Cultura e Arte (MICA) de Mariana (MG), Juçara Gorski Brittes, “a empresa usa uma estratégia de comunicação persuasiva, não informativa” e o modo como a comunicação tem sido feita “beira o limite da lei”.

A pesquisadora, que acompanha o dia a dia dos atingidos desde 2015, relata o sentimento de descaso das pessoas já impactadas e daquelas em áreas de risco. Segundo a pesquisadora, muitos deles “estão apavorados porque não sabem, exatamente, o que pode acontecer”.

Manuelzão: Professora Juçara Brittes, como você tem percebido a relação que as mineradoras têm estabelecido com os atingidos e potenciais atingidos?

Juçara Brittes: Desde quando começamos a acompanhar a situação em Mariana, o que sentimos é que não há informações seguras e precisas. A empresa usa uma estratégia de comunicação persuasiva, não informativa. Ou seja, estão muito mais interessados em passar uma impressão de que “está tudo certo, é assim mesmo”, mas que acaba não se concretizando. As pessoas então se sentem perdidas, ludibriadas e deixam de confiar

no que a companhia repassa. Ao longo dos anos, fomos percebendo estratégias nada elegantes, que beiram o limiar da lei. No caso de Mariana, por exemplo, informativos institucionais foram desenvolvidos com diagramação, abordagem e formato muito parecidos com o jornal A Sirene, feito para dar voz aos atingidos. A similaridade visual acabou confundindo a população, que não sabe em que fonte confiar.

M: Essa postura aconteceu apenas em Mariana?

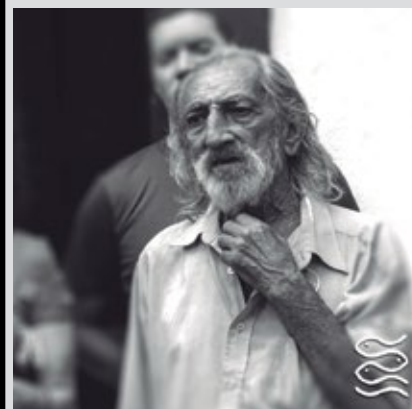
JB: Não. Em maio, estivemos em uma reunião com moradores da cidade de Nova Lima, na região metropolitana de Belo Horizonte, que vivem nas proximidades das barragens B3 e B4 com alto risco de rompimento. E mesmo os públicos sendo tão diferentes, a sensação de confusão se repete. Os moradores estão apavorados porque não sabem, exatamente, o que pode acontecer com eles. Nesse caso, se em um rompimento seriam soterrados ou se a cidade pode afundar. A empresa não passa informações claras sobre as condições do subsolo no local. O que acontece é uma comunicação verticalizada, sem diálogo. Passam, por exemplo, dados técnicos para a Defesa Civil ou publicam em espaços institucionais. Colocar uma nota em um site não é um sistema de comunicação. Assim não vai funcionar.

M: Do ponto de vista do direito à informação, o que seria o ideal para os atingidos?

JB: É bem simples: as pessoas precisam ser ouvidas. Ou seja, esses moradores merecem um tratamento presencial, uma escuta verdadeira. Cada pessoa tem uma forma de se expressar, uma realidade, são ribeirinhos, agricultores, trabalhadores urbanos. Um público heterogêneo que precisa ter voz e reconhecimento. Linha de 0800, algum tipo de plataforma horizontal de esclarecimento de dúvidas, um atendimento personalizado, informações verdadeiras, claras e precisas. Só assim para começar a resolver. Mas parece que não querem resolver. Pelo contrário, dando menos visibilidade, a sociedade vai esquecendo e essas pessoas continuam sem aquilo que perderam e sem sequer informação concreta sobre o que ainda pode acontecer.



Homenagem
ao **CIGANO**



Em maio deste ano, a sociedade brasileira perdeu um grande guerreiro da causa das águas. Antônio Garcia da Silva, o Cigano, foi defensor não só da comunidade de Cercadinho e ribeirão Arrudas, onde vivia, mas de toda a preservação do nosso meio ambiente. Sem cargo público, sem ganhos econômicos, mas com uma absoluta convicção que inspirou a tantos.

Circulou por diferentes fóruns e espaços coletivos, como o Conselho Municipal de Saúde, o Comitê do Rio das Velhas; as comissões regionais ao Núcleo Manuelzão do Cercadinho, manifestações populares, audiências e tantos outros. Por onde passou, se estabeleceu como uma liderança mobilizadora e vai ser lembrado com admiração em todos os momentos.

Em dezembro de 2012, no jornal O Tempo, ficaram registradas sua luta pela revitalização dos nossos rios e seu chamado aos jovens. Palavras contundentes, sinceras e perenes, como de todos aqueles que adquirem respeito e autoridade genuínas. “Procuramos inserir a juventude para esses movimentos, principalmente sobre as questões dos rios porque água é vida e o futuro deles. Estamos aqui hoje em apoio à revitalização do rio São Francisco, assim como o córrego do Cercadinho, do ribeirão Arrudas e a favor do bispo Cappio. Queremos peixinhos, queremos nadar, queremos vida nos rios”, declarou Cigano. E não será esquecido.

**Antônio Garcia da Silva,
Cigano.**

Presente!



DIREITOS SOTERRADOS PELOS ROMPIMENTOS DE BARRAGENS

Rio Doce visto da Terra Indígena Krenak, em fevereiro de 2016, após o rompimento da barragem de Fundão, em Mariana.

As graves consequências dos rompimentos de barragens de rejeitos em Minas Gerais se alastram em vários sentidos. Além da irreparável dor da perda de vidas humanas, dos impactos socioambientais causados e a devastação de patrimônios históricos e imateriais, mesmo quem ainda sobrevive não tem motivos para comemorar. “As empresas não estão nem aí para as pessoas. Parece absurdo e é absurdo”, afirma Guilherme de Sá Meneghin, promotor de Justiça da cidade de Mariana. Meneghin vem acompanhando de perto as violações aos direitos dos atingidos em Mariana e alerta os moradores de regiões ameaçadas por novas catástrofes. “É uma tragédia anunciada e, infelizmente, a população não pode confiar nessas empresas”, pontua.

De acordo com o promotor, atuante em Mariana desde 2014, um ano antes do rompimento, informações erradas e protelamento por parte das mineradoras em cumprir sentenças têm sido as principais violações verificadas ao longo dos anos. “Desde o dia do desastre a gente vê uma série de violações. Mais de mil pessoas desabrigadas foram colocadas em um ginásio, sem acesso a uma moradia digna, uma acolhida. O que só foi reparado com intervenção da Justiça”, lembra o Meneghin.

As violações chegaram ao ponto de atingidos receberem informações falsas da empresa. “Em muitos casos, as pessoas buscavam a Samarco para receber algum ressarcimento. A empresa simplesmente dizia que elas não tinham direito e não

explicava porquê. Mais de 300 famílias só receberam auxílio após a intervenção do ministério público”, declara o promotor.

Para o advogado popular Lucas Nasser, Mariana e Brumadinho demonstraram violações de direitos de ordens distintas, “Brumadinho fica evidenciado uma das maiores violações trabalhista da história. Mariana aponta para uma das maiores violações socioambientais da história”. Ainda assim, ambos demonstram como os mecanismos de defesa dos direitos das populações atingidas estão fragilizados, diante da relação tóxica entre o Estado e as grandes empresas de mineração.

Nasser pontua que as multas estipuladas pelas autoridades públicas para a Vale, cujos pagamentos já têm sido protelados pela empresa, não refletem sua “natureza jurídica sancionatória e reparadora”. Em vista dos rendimentos da empresa (que fechou o terceiro semestre de 2018 com lucro de R\$ 5,8 bilhões), o conjunto das punições estabelecidas até aqui “não cumpre o objetivo de desestimular a prosseguir na conduta degradadora, tampouco ensina algo”, destaca.

Alternativa coletiva

O desequilíbrio de forças entre atingidos e empresas só pode ser enfrentado com organização coletiva e pressão sobre o poder público. Seja nas áreas onde já houve rompimento ou quem vive sob a ameaça de uma nova tragédia. Assim avaliam Nasser e Meneghin. “Não podemos delegar apenas para possíveis e abstratas aplicações de diplomas legais a

garantia de direitos dos atingidos. Muito urgente e necessário haver um controle social, aprimoramentos dessas tecnologias sociais. Fazer apontamentos para um modelo econômico pós-extrativista ou reconhecer a necessidade de se fazer uma transição é uma questão de sobrevivência”, conclui o advogado.

“As ações coletivas tem mais peso e força que individuais”, afirma Meneghin. Segundo o promotor, a ação coletiva garante a reparação da comunidade e, depois, pode ser individualizada para reparação de danos específicos. “Depois disso, não é uma luta para requerer o direito, que está garantido. Mas um ajuste. Então, é muito importante que as pessoas atingidas formalizem um abaixo-assinado e busquem o Ministério Público, que tem poder constitucional para buscar os reparos”, conclui.

Vidas reviradas

À revista *Rompendo à Lama*, a mestre em Direito pela UFMG e professora da Faculdade Milton Campos, Letícia Soares Peixoto Aleixo afirma que, embora o Direito seja um aliado forte das vítimas, as “estratégias de mobilização das comunidades atingidas têm contribuído para o fortalecimento da resistência, para a garantia de direitos e incidência no próprio conteúdo de Justiça”. Nesse contexto, Letícia convida a falar duas moradoras atingidas pelo rompimento da barragem de Fundão, Mariana/MG, em 2005. A produtora rural Maria do Carmo D’Ângelo e a liderança espiritual indígena Shirley Krenak.

DEPOIMENTOS

SHIRLEY KRENAK

"Ao longo da história, o povo Krenak vem lutando contra a mineração. Há pelo menos 200 anos, a luta é constante, grande e desafiadora porque essas empresas vêm dominando o mundo de uma forma corrosiva, destruindo nosso meio ambiente. E algumas das principais ferramentas que essas empresas têm se valido para ampliar sua dominação são: estudar as próprias comunidades que ficam ao redor de seus empreendimentos, o modo de vida que essas pessoas levam e a compra de lideranças.

Então, se uma comunidade tem lideranças que são respeitadas pelo resto do povo, as empresas vão, por exemplo, tentar corromper essas lideranças, oferecendo recursos para que essas lideranças trabalhem para a própria empresa. E tentam isso 24 horas por dia. Comprando as lideranças, a comunidade fica mais desarticulada, não consegue mais falar a mesma língua. Por isso, para enfrentar essas empresas, a comunidade tem que estar muito unida e ser muito resiliente. Erehé inhaiti!"

MARIA DO CARMO D'ÂNGELO

"Quanto mais a gente se envolve nessa luta, mais descobrimos que as mineradoras agem do mesmo jeito aqui ou fora do Brasil; estão apenas atrás do lucro e não têm sentimento algum. Elas usam os políticos a favor, usam a falta de transparência, a desinformação e a Justiça a favor... quem entra perdendo no Fórum somos nós, os mais fracos, pois, muitas vezes, não temos oportunidade de fala e temos que negociar com aqueles que mais nos causaram mal. Estou nesse processo desde 2015 e tenho sofrido muito, eu e meu marido.

As empresas criam nomes, classificações e categorias para medir a forma como a pessoa foi atingida, controlar o processo de reparação de danos e causar desunião nas comunidades. Vão corrompendo as pessoas, separando umas das outras.

Portanto, é a empresa que faz com que um atingido vire as costas para o outro. E, na verdade, são todos atingidos e têm que estar juntos na luta contra esses gigantes. Todos os direitos que foram reconhecidos até hoje foram fruto de luta e reivindicação dos atingidos aqui em Mariana. Por exemplo, aqui nossas terras de origem, destruídas pela lama, não serão "doadas" às empresas nem trocadas por indenização. A terra é nossa, não estava à venda e não será comprada pela lama. Nossas histórias estão ali".

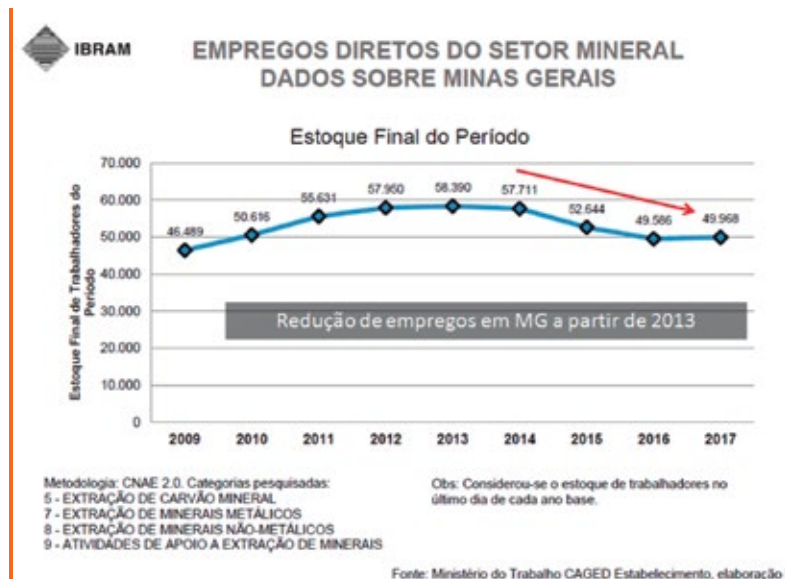
SOMOS MESMO DEPENDENTES DA MINERAÇÃO?

Apesar de toda a destruição socioambiental já causada pela mineração em Minas Gerais, ainda há quem defenda a manutenção desse modelo arcaico de mineração como um dos principais recursos econômicos do estado. Porém, essa "chantagem econômica" pode estar baseada em dados incorretos – como denuncia o Gabinete de Crise - Sociedade Civil.

A atividade de toda a indústria extrativa em Minas Gerais representa entre 1 e 2% do PIB, de acordo com dados da FIEMG, do IBRAM e da Fundação João Pinheiro. Um estudo, feito pelo Comitê Técnico do Fórum Permanente São Francisco, indica que essa participação tem caído desde 2013.



A mesma queda também pode ser verificada no número de empregos no setor de mineração, de acordo com dados do IBRAM. Entre 2013 e 2017, mais de 8 mil postos de emprego foram esvaziados.



Em um estado com 853 municípios, apenas 24 fazem parte da Associação de Municípios Mineradores de Minas Gerais e do Brasil. Será mesmo que essa é a única atividade possível nesses territórios?

AS BARRAGENS QUE NÃO PODEM ROMPER

JÚLIA PELINSON
jornalista

Existem 82 barragens de rejeitos de minério no Alto Rio das Velhas, em Minas Gerais, ameaçando o manancial responsável por 70,60% do abastecimento de água em Belo Horizonte e de sete cidades vizinhas – chegando a 74,85% em Nova Lima e 100% em Raposos, de acordo com a Agência Nacional de Águas (ANA).

A grande preocupação é que 30 dessas barragens são consideradas de Dano Potencial Associado alto e 16 estão sem estabilidade garantida. Entre elas, duas estão em nível 3 de emergência. São elas B3/B4 e o complexo Forquilha I, II e III.

Outra barragem que causa pesadelos é Maravilhas II, que está interditada sem laudo de estabilidade, e pode devastar uma enorme região com seus 76,3 milhões de m³ de rejeitos, incluindo as cidades de Belo Horizonte, Rio Acima, Sabará, Raposos, Lagoa Santa, Jequitibá, Santana de Pirapama e Honório Bicalho – onde está o sistema de captação da Copasa, Bela Fama.

Conheça as barragens

A barragem B3/B4, da mina Mar Azul, fica localizada em Macacos e acumula 3 milhões de m³ de rejeitos. Em caso de rompimento, o rejeito atingirá, além de Maca-

Municípios e populações abastecidos pelo SIN Rio das Velhas			
Município	Dependência do SIN Rio das Velhas	População Total (IBGE-2016)	População Abastecida (calculada)
Belo Horizonte	70,60%	2.513.451	1.774.496
Contagem	5,25%	653.800	34.325
Nova Lima	74,85%	91.069	68.165
Raposos	100%	16.312	16.312
Ribeirão das Neves	34,82%	325.846	113.460
Sabará	97,72%	135.196	132.114
Santa Luzia	99,50%	217.610	216.522
Vespasiano	41,28%	120.510	49.747
RMBH	≈41%	4.073.794	2.405.141

Fonte: Adaptação dos dados fornecidos pela ANA e pela Copasa, 2016, descrito por RODRURD, P. C. H., 2017.

cos, os distritos de Bela Fama e Honório Bicalho, e a cidade de Raposos.

O complexo de barragens Forquilha I, II e III fica em Ouro Preto, e tem capacidade para mais de 50 milhões m³ de rejeitos. A barragem Forquilha encontra-se em grande liquefação e seu rompimento pode acarretar o colapso de Forquilha II e Forquilha III. Juntas, as barragens atingiam as cidades de Ouro Preto, Itabirito, Rio Acima, Raposos e Sabará e os distritos de Bela Fama e Honório Bicalho.

A barragem Maravilhas II, localizada em Itabirito, é o caso mais grave por acumular 76,3 milhões de m³ de rejeitos. Em caso

de rompimento, a lama soterraria os distritos de Bela Fama e Honório Bicalho e as cidades de Rio Acima, Raposos, Sabará, Lagoa Santa, Jequitibá, Santana de Pirapama e Belo Horizonte. (ver infográfico na página 12)

Todas essas barragens foram construídas no método a montante, modelo mais econômico e que gera mais riscos de rompimento. Uma resolução publicada pela Agência Nacional de Mineração (ANM), no dia 15 de fevereiro, determinou que todos os reservatórios de rejeito com essa característica deverão ser eliminados até 2021, seja por descomissionamento ou por descaracterização.

QUAL A DIFERENÇA ENTRE DESCARACTERIZAÇÃO E DESCOMISSIONAMENTO DE UMA BARRAGEM?

De acordo com o professor titular do departamento de engenharia de minas da UFMG, Evandro Moraes da Gama, idealmente os dois processos se sucedem. “Primeiro, a empresa faz a descaracterização e depois o descomissionamento”, explica.

Então, a descaracterização é retirar as características de barragem do espaço, mas mantendo as estruturas. “A barragem continua fisicamente no local, mas não tem mais as características que possuía”, afirma Moraes. Por outro lado, o descomissionamento retira a barragem, buscando restabelecer as características anteriores da região. “Com o descomissionamento, é retirada a barragem do local e realizadas ações para deixar o relevo

o mais próximo possível do que era anteriormente”, destaca.

Como é feito o descomissionamento de barragens?

O Guia Básico de Segurança de Barragens, do Comitê Brasileiro de Barragens (2001), explica que cada caso precisa ser analisado de forma específica. Inicialmente, a empresa deve fazer uma análise, indicando medidas necessárias para a segurança, com especial atenção à capacidade de descarga das estruturas.

Esse estudo determina as etapas seguintes, desde a dragagem dos rejeitos, o transporte e destinação dos materiais, até as estratégias para a reintegração do espaço ao ecossistema. Todas as consequen-

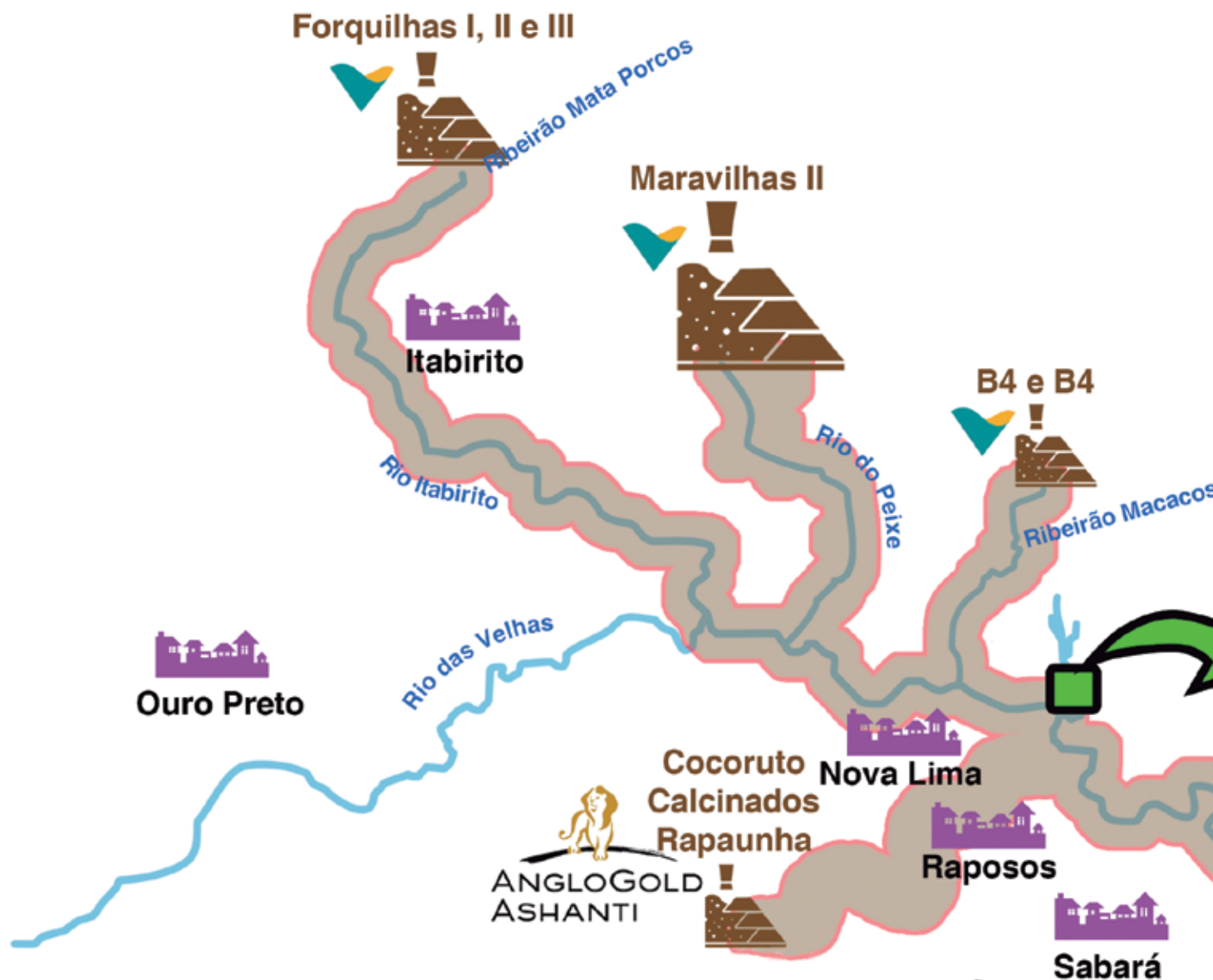
cias, mesmo depois do descomissionamento, devem ser consideradas antes do início do processo.

Níveis de emergência de barragem, de acordo com a Agência Nacional de Mineração

NÍVEL 1 – Estágio inicial de emergência, quando a situação adversa ainda é controlável. Aciona-se uma Inspeção Especial.

NÍVEL 2 – Quando a situação adversa não é extinta ou controlada. Aciona-se estado de alerta e evacua-se a Zona de Autossalvamento.

NÍVEL 3 – Quando a situação adversa está fora do controle da mineradora. A ruptura da barragem é iminente ou está ocorrendo.



Legendas:



Metrópole



Cidade



Captação de água
Bela Fama



Mancha de
rejeitos



Cursos d'Água



Barragens
acima de
70 milhões
de m³.



Barragens
apartir de
50 milhões
de m³.



Barragens
com menos
de 50 milhões
de m³.



E SE A BARRAGEM ROMPER?

A maioria das cidades nasceu à beira dos rios. Afinal, a água é recurso natural valioso. Para o consumo, para agricultura, pesca e extração de recursos minerais, estar perto dos rios sempre favoreceu o desenvolvimento dessas atividades.

As principais nascentes dos rios estão localizadas nos pontos de maior altitude do relevo. De lá, fluem desenhando curvas por entre as rochas, matas e cidades. Ironicamente, lá no alto também é onde estão as maiores concentrações da ma-

téria-prima das mineradoras. E, em decorrência da exploração, as barragens de rejeitos.

As estruturas que contêm a lama tóxica do processo de mineração (presença de metais pesados) dividem espaço com a população nos territórios mineiros, ameaçando os rios e os modos de vida construídos no entorno dele. Em torno do rio das Velhas, principal fonte de abastecimento de água para a região metropolitana de Belo Horizonte, pelo menos quatro barragens mantêm a população em sinal de alerta.

No mapa abaixo, podemos ver as graves consequências de um possível cenário de

rompimento de barragem e a extensão de seu dano. Forquilhas I, II e III, além de Maravilhas II e B3/B4 depositariam rejeitos no vale do rio das Velhas, transbordando o caminho traçado pelo rio. A linha azul da água, então, se torna a mancha marrom tão conhecida e temida pela população.

Itabirito, Rio Acima, Nova Lima, Sabará, Lagoa Santa e dezenas de outras cidades e comunidades estão na rota da lama que se espalharia com o colapso das barragens localizadas na bacia do Velhas.

Em 2015, por exemplo, no caso do rompimento da barragem da mina de Fundão, em Mariana, os rejeitos atravessaram todo o rio Doce, até alcançar o oceano, em Linhares, no Espírito Santo. A dimensão do risco que corremos não é fácil de entender e será ainda mais difícil, se nada for feito, de reparar.



O QUE MUDA COM A NOVA LEGISLAÇÃO DE BARRAGENS?

ENNIO RODRIGUES
Jornalista

A partir de 2019, nenhuma empresa poderá conseguir licença ambiental para operação ou ampliação de barragens que façam alteamento pelo método a montante – modelo utilizado nas barragens mineiras que se romperam em Mariana (2015) e em Brumadinho (2019).

Essa é uma das principais determinações da Lei 23.291, sancionada em 25 de fevereiro deste ano. A norma é resultado do projeto de iniciativa popular “Mar de Lama Nunca Mais” e estabelece a Política Estadual de Segurança de Barragens, uma série de mudanças que aumentam a rigidez na fiscalização da atividade mineradora em Minas Gerais. Confira os destaques do texto:

Art 3º - O empreendedor é responsável pela segurança da barragem segurança no planejamento, projeto, instalação, operação e desativação e em usos futuros da barragem.

Art 7º - No processo de licenciamento ambiental de barragens, deverão ser atendidas as seguintes exigências, sem prejuízo das obrigações previstas nas demais normas ambientais e de segurança e de outras exigências estabelecidas pelo órgão ou pela entidade ambiental competente:

I - para a obtenção da LP, o empreendedor deverá apresentar, no mínimo:

b) proposta de caução ambiental, estabelecida em regulamento, com o propósito de garantir a recuperação socioambiental para casos de sinistro e para desativação da barragem.

§ 2º Antes da análise do pedido de LP, o órgão ou a entidade competente do Sistema promoverá audiências públicas para discussão do projeto conceitual da barragem

O que significa?

Além das obrigações já previstas, as empresas deverão apresentar um plano de recuperação socioambiental em caso de desastres e também para a desativação da estrutura. E, antes que a licença prévia seja concedida, a documentação será apresentada à população.



Art 8º - O EIA e o respectivo RIMA, a que se refere o caput do art. 6º, conterão;

I – a comprovação da inexistência de melhor técnica disponível e alternativa locacional com menor potencial de risco ou dano ambiental, para a acumulação ou para a disposição final ou temporária de rejeitos e resíduos industriais ou de mineração em barragens;

O que significa?

A construção de barragens deve ser a última opção das empresas, caso não haja absolutamente nenhuma solução melhor que a construção desse tipo de estrutura.

Art 13º - Art. 13 – Fica vedada a concessão de licença ambiental para operação ou ampliação de barragens destinadas à acumulação ou à disposição final ou temporária de rejeitos ou resíduos industriais ou de mineração que utilizem o método de alteamento a montante.

§ 1º – O empreendedor fica obrigado a promover a descaracterização das barragens inativas de contenção de rejeitos ou resíduos que utilizem ou que tenham utilizado o método de alteamento a montante, na forma do regulamento do órgão ambiental competente.

§ 2º – O empreendedor responsável por barragem alteada pelo método a montante atualmente em operação promoverá, em até três anos contados da data de publicação desta lei, a migração para tecnologia alternativa de acumulação ou disposição de rejeitos e resíduos e a descaracterização da barragem, na forma do regulamento do órgão ambiental competente.

O que significa?

Nenhuma nova barragem a montante – modelo das duas barragens que se romperam em Minas Gerais – poderá ser construída. As que já existem não poderão ser ampliadas e deverão ser descaracterizadas em até três anos.

DEPUTADOS FEDERAIS VOTAM MARCO REGULATÓRIO DA MINERAÇÃO

O dia 25 de junho foi marcado por mais uma vitória: o plenário da Câmara Federal aprovou quatro das nove propostas da Comissão Externa Desastre de Brumadinho para um novo marco regulatório da mineração no Brasil, que agora segue para aprovação no Senado.

As Proposições Legislativas incidem sobre licenciamento ambiental, tributação, prevenção de desastres, tipificação penal do crime de ecocídio e proteção dos direitos das populações atingidas por rompimento de barragens.

PROPOSTAS APROVADAS NA CÂMARA

•**PL nº 2.787/2019** – Modifica a Lei de Crimes Ambientais para tipificar o crime de ecocídio, estabelecendo penas para os responsáveis por desastres relacionados ao rompimento de barragens.

•**PL nº 2.788/2019** – Institui a Política Nacional de Direitos das Populações Atingidas por Barragens, que estabelece diretrizes de reparação às comunidades, levando em conta a centralidade do sofrimento das vítimas.

•**PL nº 2.790/2019** – Acrescenta ao Estatuto de Proteção e Defesa Civil a prevenção a desastres induzidos por ação humana, com a inclusão de normas para a preparação das comunidades, os planos de contingência e a emissão de alertas, entre outras ações.

•**PL nº 2.791/2019** – Altera a Política Nacional de Segurança de Barragens, com definição de responsabilidades para os diferentes atores envolvidos e o aprimoramento de instrumentos como o Plano de Segurança de Barragens.

PROPOSTAS EM TRAMITAÇÃO NA CÂMARA

•**PLP nº 127/2019** – Aprimora as regras para o licenciamento ambiental, incidindo sobre a divisão de competências entre diferentes órgãos para o licenciamento de empreendimentos minerários.

•**PL nº 2.785/2019** – Define normas gerais para o licenciamento ambiental de empreendimentos minerários, com padronização da legislação nacional e correção de falhas nas regras atuais.

•**PL nº 2789/2019** – Cria o Fundo de Ações Emergenciais para Desastres de Empreendimentos Minerários e Sustentabilidade da Mineração, a partir da elevação da alíquota da CFEM – Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais.

PRESSÃO MINERARIA NAS ÁREAS DE PRESERVAÇÃO

JÚLIA PELINSON
Jornalista

Serra do Rola-Moça, Serra da Piedade, Serra da Moeda e Estação Ecológica Estadual de Arêdes são apenas algumas das 602 áreas de preservação ambiental em Minas Gerais, denominadas Unidades de Conservação (UC). Essas reservas têm a finalidade de conservar a biodiversidade e outros atributos naturais nelas contidos.

No final de 2018, o Ministério do Meio Ambiente deferiu a criação do Mosaico Serra do Espinhaço – Quadrilátero Ferrífero, composto por 26 UCs mineiras, pensado para garantir a integridade da vida selvagem, dos biomas e da água que abastece a região mais populosa de Minas Gerais.

Porém, na contramão dessa iniciativa de preservação, as mineradoras pedem permissão para explorar áreas próximas às Unidades de Conservação e até mesmo atuar dentro desses espaços protegidos. É o que acontece na maioria das serras que rodeiam Belo Horizonte.

Avanços na região da Serra da Moeda

Em abril de 2019, a mineradora Gerdau Açominas S.A fez um pedido de licenciamento para ampliar o seu projeto Várzea do Lopes, que afeta principalmente a Monumento Natural (MONA) da Serra da Moeda, área prioritária para a conservação da biodiversidade da Mata Atlântica, reconhecida pela Unesco com o título de Reserva da Biosfera, e Estação Ecológica de Arêdes.

A extração mineral afetaria o corredor ecológico existente entre as áreas de conservação, que tem o objetivo de favorecer o trânsito de espécies animais e a continuidade de cobertura vegetal entre as duas unidades – o que já era obrigação da mineradora, de acordo com decisão judicial.

Além disso, a atividade compromete o solo, a fauna, a flora e os recursos hídricos, afetando a bacia do ribeirão do Silva, afluente importante na bacia do rio das Velhas, que abastece a capital mineira.

Parque do Rola-Moça

Após o rompimento da barragem da Vale em Brumadinho, que destruiu mais de 150 hectares de Mata Atlântica, o rio Paraopeba e matou centenas de pessoas,



qual foi a surpresa quando a Prefeitura de Brumadinho manifestou interesse no retorno da mineração na área do Parque Estadual da Serra do Rola Moça.

O parque, que faz parte da Serra da Moeda, está na mira da empresa Mineração Geral do Brasil (MGB), que planeja operar na Mina de Casa Branca, extraindo minério de ferro com previsão de escoamento da produção em via no interior da área de preservação. O Parque do Rola Moça contém inúmeras nascentes que alimentam o rio das Velhas, além de espécies ameaçadas de extinção.

Ameaças à Serra da Piedade

A autorização para extração mineral realizada pela AVG Mineração na Serra da Piedade foi concedida no mesmo dia em que deputados estaduais aprovavam o projeto de lei “Mar de Lama Nunca Mais”. A retomada da atividade, que havia sido interrompida 14 anos antes por decisão judicial, foi aprovada pela Câmara Técnica de Atividades Minerárias (CMI) do Conselho Estadual de Política Ambiental (Copam).

A Serra da Piedade é resguarda por oito diferentes instrumentos de proteção ambiental, cultural e histórica, além de ser repleta de nascentes, cavernas pouco estudadas, transições de biomas e abrigar um dos patrimônios culturais mais impor-

tantes de Minas Gerais.

Estação Ecológica de Fechos

Enquanto isso, os responsáveis pela Estação Ecológica de Fechos lutam na Assembleia Legislativa de Minas Gerais (ALMG) pela ampliação da Unidade de Conservação, localizada em Nova Lima. A nova área incluiria o córrego Tamanduá, importante afluente do rio das Velhas.

A Estação Ecológica de Fechos, que guarda 14 nascentes, além de espécies nativas endêmicas – aquelas que só ocorrem em locais específicos – e em extinção, está ameaçada pela mineração e esgoto sem tratamento de condomínios.

O QUE SÃO AS UNIDADES DE CONSERVAÇÃO?

Unidades de Conservação de Proteção Integral tem o intuito de preservar a natureza, sendo admitido apenas o uso indireto dos seus recursos naturais. Suas categorias são: Estação Ecológica, Reserva Biológica, Parque Nacional, Monumento Natural, Refúgio de Vida Silvestre.

Unidades de Conservação de Uso Sustentável objetivam compatibilizar a conservação da natureza com o uso sustentável de parcela dos seus recursos naturais. São elas: Área de Relevante Interesse Ecológico, Reserva Particular do Patrimônio Natural, Área de Proteção Ambiental, Floresta Nacional, Reserva de Desenvolvimento Sustentável, Reserva de Fauna e Reserva Extrativista.

ÁGUA LIMPA PARA TODOS: CUIDANDO DAS

**Flores roxas caindo do pé
A lagoa fazendo barulho
A diversidade dos quintais
As nascentes misteriosas
As crianças
Vento nas árvores
Brincar
Subir
Alma-ventania
Árvores verdinhas em volta
de uma nascente-peixe
As árvores roxas...
Ervas num jardim
Manhãs
Viver na natureza
As ondas feitas pelo vento
Na lagoa os matos com flores e as
montanhas do entorno
Água, rosas vermelhas no caminho
Tranquilidade
As ruas de terra
Crianças**

Esses versos foram criados como um roteiro para o filme "Água Limpa: Um olhar", produzido durante a oficina de cinema realizada pela equipe do Projeto Manuelzão, no segundo semestre de 2018, em Água Limpa, no município de Itabirito-MG. A oficina, oferecida no contexto do projeto Água Limpa Para Todos, buscou, por meio de conversas e experimentações em torno das imagens, abordar sentimentos e pensamentos sobre a vida naquele lugar.

O grupo formado com as jovens Giovana, Fernanda, Izabela, Helen e Karen se encontrava aos sábados pela manhã à beira da lagoa e dali partia para expedições pela comunidade. Junto com um aprendizado sobre o cinema, seu vocabulário e suas ferramentas, revelavam-se as subjetividades do território habitado por aquelas moças – suas famílias, amizades e paisagens favoritas.

ELISA MARQUES, FLÁVIA DA SILVA,
ISABELA IZIDORO, LETÍCIA LAUAR,
LETÍCIA RIBEIRO, LINA MARIA MENDES,
THAIS GONZAGA
Mobilizadores socioambientais

Água Limpa: da amenidade à precariedade

Água Limpa é uma comunidade localizada às margens da Rodovia BR 040, em uma área de fronteira entre os municípios de Nova Lima e Itabirito, na região de cabeceira da Bacia do Rio das Velhas, no rio do Peixe, contribuindo para o manancial Bela Fama, que abastece a região metropolitana de Belo Horizonte.

Sua ocupação se iniciou na década de 1950, quando foi idealizada a construção do Balneário Náutico Água Limpa, durante o mandato de Juscelino Kubitschek como Governador de Minas. Um clube-casino de arquitetura modernista chegou a ser construído à beira de uma lagoa, como um embrião do que poderia ter se tornado uma nova Pampulha, no eixo Sul da Região Metropolitana de Belo Horizonte. O empreendimento não foi adiante, e hoje o clube está abandonado, mas a lagoa segue presente como uma das principais referências na paisagem e na identidade do lugar.

O clima ameno e a abundância de água na região continuaram atraindo visitantes esporádicos e o bairro se configurou inicialmente como um loteamento para casas de finais de semana. O interesse na localidade aumentou nos meados dos anos 1990. O surgimento de condomínios e empreendimentos nas cercanias contribuiu para a chegada de mais moradores, principalmente de famílias de baixa renda que vinham das periferias de Belo Horizonte. Iniciada a instalação da fábrica da Coca-Cola / FEMSA no local, em junho

de 2015, o que levou a uma verdadeira explosão demográfica e um intenso processo de ocupação de terras que perdura até hoje.

O resultado vem sendo o crescimento desordenado da comunidade, com grande pressão sobre os bens naturais. Com a ausência quase total de ações do poder público, o território não possui cobertura por rede elétrica; não dispõe de sistema de abastecimento público de água – os moradores realizam captação direta por meio de poços e cisternas, sem qualquer tratamento; não apresenta coleta ou tratamento de esgoto – o descarte é dado por meio de fossas, em sua maioria do tipo "rudimentar", representando grande risco à saúde da população e de contaminação dos solos e mananciais; não é servido por coleta de resíduos sólidos – o lixo geralmente é queimado diretamente no solo, em tambores ou acumula-se em bota-foras no ambiente.

Pelo direito ao bem-estar e ao meio ambiente ecologicamente equilibrado

Tendo em vista este contexto de intensas fragilidades sociais e ambientais, o Projeto Manuelzão vem trabalhando no Projeto Água Limpa Para Todos desde dezembro de 2017, pela consolidação de vínculos que fortaleçam as lutas da comunidade, tanto pela moradia e direitos sociais quanto para preservação ambiental no território.

A equipe de mobilização e educação ambiental do Projeto Manuelzão, formada por profissionais e estudantes das áreas de medicina, psicologia, geografia, arquitetura, comunicação social, artes e ciências socioambientais, está presente há um ano e meio no território de Água Limpa, buscando as mais diferentes formas de contato e troca com essa comunidade.



ÁGUAS E DAS PESSOAS

Foram propostas atividades em quatro linhas interligadas, nomeadas como:

- ações de comunicação e mobilização social: produção constante de material gráfico para formação e divulgação, como cartilhas, panfletos, faixas e banners; intervenções no espaço público ou locais de uso coletivo para engajamento de indivíduos em interesses comunitários: blitz ambientais, mutirões de limpeza e plantio, oficinas de brincadeiras com as crianças, debates e rodas de conversa, além de atendimento médico;

- curso de formação de agentes ambientais, de 40 horas, com os módulos: Oficina de Nascentes, Oficina de Cinema, Oficina de Hortas e Oficina de Saneamento Ambiental;

- atividades de educação ambiental para crianças voltadas especialmente para o público do Centro de Apoio do bairro Balneário Água Limpa (CABAL) - associação que trabalha com o contraturno escolar.

- processo de mapeamento, caracterização de nascentes dentre quais 10 foram indicadas para receberem ações de proteção, como limpeza da área, plantio de mudas, melhoria do acesso, cercamento e instalação de placas educativas.

“Trocas de saberes”, um relato em primeira pessoa (do plural!)

O Instituto Guaicuy – Projeto Manuelzão procura levar conhecimentos, aprender com a comunidade e com isso promover uma troca de saberes em prol do bem comum. Em Água Limpa, aprendemos a conhecer e admirar as pessoas, a natureza e a forma como a comunidade ainda preserva as nascentes em seu território. Assim, diversos exemplos de convivência foram se dando.

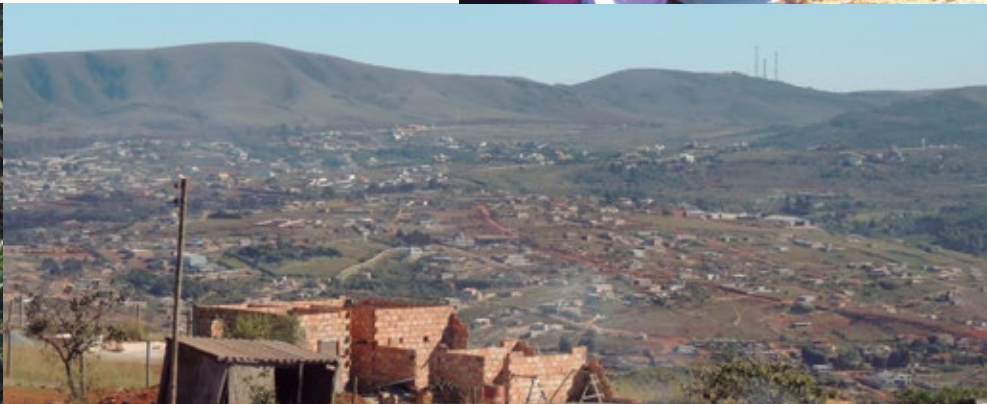
Quando Cida nos recebeu em seu quintal para uma roda de conversa sobre saúde

da mulher, para além de assuntos como o do câncer de mama, que eram previstos no programa, falamos sobre a situação das mulheres no dia a dia da comunidade, as cobranças da sociedade, a importância do autocuidado.

Nas ações de atendimento médico à comunidade, para além de aferir pressão e conferir cadernetas de vacinação, estivemos abertos e atentos aos casos tocantes sobre as dificuldades de uma família em ter sua casinha, ganhamos uma serenata, tomamos um suco natural de laranja fresquinha do pé e descobrimos vários usos e propriedades mágicas de cada plantinha, de cada quintal!

Nesses quintais, nas “oficinas de hortas”, que depois foram rebatizadas como “Trocas de Saberes”, aprendemos com o Emanuel sobre como escolher o local ideal para um canteiro, vimos com Lúcio que existem várias formas de se plantar e nos encantamos com as variedades de espécies cultivadas pelo Edilson. Muito aprendemos com o entusiasmo da Carla, as experiências da Ana Maria, as flores da Cida. Observamos o sol, conversamos sobre a importância das águas e vimos o que uma terra fértil e sábios plantadores podem fazer!

Percebemos que não há beleza maior do que saber que não há verdade absoluta: é preciso respeitar a história, a experiência e as vivências de quem sabe na pele o que se estuda nos livros. Na vida, os encontros se alimentam por trocas e assim levamos um pedacinho do outro, formando o mosaico que somos nós. Esperamos poder ter iniciado verdadeiras transformações que, como pequenas gotas que se infiltram pingo a pingo no solo, possam inundar as ideias e ações dos habitantes de Água Limpa.



SANEAMENTO SUSTENTÁVEL COM TANQUES DE EVAPOTRANSPIRAÇÃO

Em Água Limpa, um dos desafios enfrentados pelos moradores é a falta de saneamento, que aliada à carência de recursos e à necessidade de dispor do esgoto doméstico, criaram oportunidades para o surgimento de fossas rudimentares e outros meios inadequados de disposição do esgoto produzido.

E, em meio a esse problema da comunidade, que é uma ameaça à saúde, o Projeto Manuelzão encontrou uma oportunidade de aprendizado e conscientização ambiental, com o curso de saneamento sustentável. Em parceria com Fábio Batista e seu sócio Antônio Eustáquio de Souza, da Fábio Fossas, foi construída a primeira fossa TEVAP em Água Limpa, na casa da Maria da Conceição. Trata-se de um tanque de evapotranspiração autossustentável, que substitui a fossa séptica, por exemplo.

A construção do tanque foi uma das etapas do curso de saneamento ecológico, e que funcionou como oportunidade de capacitação para as pessoas da comunidade. Com o apoio de parceiros, incluindo a empresa Talismã, que possibilitou a perfuração da cavidade da fossa, Fábio realizou a montagem da TEVAP de forma didática.

Com a ajuda dos participantes do curso, foi feito um plantio coletivo de mudas sobre o tanque e, por fim, uma grande feijoada foi feita para celebrar o trabalho.

Os participantes do curso entenderam esse modelo de fossa como uma possibilidade de saneamento para todo o bairro, no lugar de uma rede coletora, e pretendem levar essa proposta às prefeituras de Itabirito e Nova Lima.

Como é feita uma TEVAP?

O Tanque de Evapotranspiração (TEVAP) é um sistema de tratamento e reaproveitamento dos nutrientes do efluente proveniente do vaso sanitário. Essa fossa é

construída em camadas, para proteger o solo e permitir que os restos do esgoto sanitário se decomponham de maneira adequada e que a água seja filtrada antes de retornar ao ambiente.

Depois de perfurada, a cavidade da fossa é impermeabilizada com cimento e pre-

feita em parceria com a prefeitura, é também uma plantação de bananas coletiva.

“A TEVAP é ferramenta para preservação e descontaminação das bacias hidrográficas no nosso planeta”, acredita Fábio.

De acordo com ele, uma TEVAP não precisa ser esvaziada e, por isso, poupa trabalho de manutenção e evita riscos de contaminação. “A TEVAP mais antiga que conheço tem 29 anos, sem histórico de manutenção”, explica.

Com a instalação dessa fossa, outros efluentes, como água da pia e do banho podem ser tratados de outra forma, usando técnicas como a de jardim filtrante.

Quem é Fábio Batista?

A história de Fábio Roberto Batista de Jesus com o meio ambiente começa bem antes de seu trabalho com a construção de fossas ecológicas. Ele, que se identifica como agente ambiental, se relaciona desde cedo com os cursos d'água de Belo Horizonte. Quando criança, ele brincava nas águas do córrego Onça, que hoje, sonha ver despoluído.

“Meu sonho é ver acontecer no rio Senna o que aconteceu no rio Onça: o uso de jardins filtrantes para purificar o rio”, afirma.

Hoje, Fábio trabalha com produção de tanques de evapotranspiração, ideia que surgiu em 2011, quando buscava opções para o problema de saneamento no bairro Industrial Americano. Desde então, ele se capacitou com cursos na Embrapa e se especializou com vídeo aulas, até construir a primeira TEVAP em casa.

Ele foi premiado em 2017 pelo Rotary Club, pelo projeto realizado em Santa Luzia, onde idealizou uma horta comunitária, realizou palestras sobre saneamento, cursos de capacitação e a construção de uma fossa TEVAP, em 2016.



enchida em camadas, com pneus, entulho cerâmico, brita, areia grossa e, por fim, terra. Sobre a terra, são colocadas plantas de folhas grandes e raízes curtas, como bananeiras, taioba, lírios, entre outras opções, que são responsáveis por devolver a água ao ambiente, por meio da transpiração das folhas.

As vantagens desse tipo de fossa são diversas, como o baixo custo, rara manutenção, harmonia paisagística, aplicação comunitária, entre outras.

Fábio Batista, que já instalou mais de 200 fossas TEVAP, chegou a construir uma para 210 pessoas na comunidade de Alto João da Costa, em Jaboticatubas. A fossa,

RIBEIRÃO DO EIXO: COMUNIDADE LUTANDO POR SEU TERRITÓRIO

ANDRÉ SIQUEIRA, ELISA MARQUES, EMÍLIA MENDES, JOYCE FRANKLIN, THAIS GONZAGA, OTTO SOUSA
Mobilizadores sociais

RIBEIRÃO DO EIXO É UM RIO, cujas águas nascem aos pés da Serra da Moeda e correm serpenteando entre as montanhas, até desaguar em no ribeirão do Silva. São águas que compõem a cabeceira da bacia do rio das Velhas, que, para além dos municípios de Itabirito, Ouro Preto e Rio Acima, abastece grande parte da Região Metropolitana de Belo Horizonte.

RIBEIRÃO DO EIXO É UMA COMUNIDADE no município de Itabirito, cujas pessoas constroem suas casas em conversa com o relevo, com as ruas serpenteando pelas montanhas. São terras que fazem parte do Quadrilátero Ferrífero, região mundialmente conhecida pela riqueza em minério de ferro e por isso altamente explorada por empresas mineradoras, multinacionais.

O Projeto Manuelzão entende a educação ambiental como um processo de sensibilização das pessoas quanto a seu próprio território, uma busca pelo fortalecimento dos vínculos e do engajamento de cada habitante com a proteção dos seus direitos e também no exercício dos seus deveres de cidadãos. É parte desse processo a compreensão da natureza e da vida social de forma entrelaçada, de forma a equilibrar nossas necessidades estruturais e a garantia da continuidade da vida na Terra, com qualidade.

Buscando difundir esses princípios, o Manuelzão está presente junto à comunidade de Ribeirão do Eixo desde 2018 e atua na mediação de processos de reflexão sobre as diversas relações entre as pessoas e as águas. Por meio da compreensão do território pelas bacias hidrográficas, o objetivo é a explicitação de conflitos entre a preservação e a exploração da natureza, que neste local se mostram extremos, dada a



abundância de água e a forte pressão da atividade minerária.

Comunidade de luta e de brincadeira!

Junto a ações de cadastramento e proteção de nascentes, o projeto desenvolve um processo de “mapeamento socioambiental participativo”, que se dá por meio de atividades continuadas, com a associação de moradores e com a comunidade escolar.

São aproximações que a princípio demandam estratégias bem diversas para contextos que envolvem, de um lado, adultos, e, de outro, crianças. Poderíamos dizer que, com os “grandes”, falamos de lutas e, com os “pequenos”, de brincadeiras. Que com uns tratamos de leis e com outros de poesia. Mas, nosso desafio é superar também essas classificações e propor que o aprendizado escolar esteja significado no mundo e que a vida diária esteja aberta ao pensamento. Assim, nos encontros com os adultos,

fazemos reuniões, participamos em audiências, produzimos abaixo-assinados e análises químicas das águas, mas também elaboramos mapas e fazemos oficinas, buscamos estar perto dos rios e conversamos sobre a memória e história dos lugares.

Com as crianças, fazemos roda, coletamos plantinhas e pintamos maquetes, mas também entrevistamos os mais velhos, reciclamos o lixo e compreendemos a importância das relações entre as águas, as matas e as montanhas.

Para alcançar a integralidade entre as pessoas e o meio em que vivemos, precisamos também encarar o desafio de romper com as concepções da nossa cultura, que estabelecem uma vida compartimentada - entre trabalho e lazer, entre a casa e a rua, e até entre as cercas das propriedades privadas. Nesse sentido, a escola, como a igreja, as ruas, como as matas, são espaços de vida e de luta pela vida.





CARLA WSTANE, MARIA LUIZA LÉLIS,
ITAMAR DE PAULA
Mobilizadoras sociais

VIVER COM O RIO VIVENDO

São muitos os desafios para que os rios sejam vivos nas grandes metrópoles. Ter redes sociais e físicas em um espaço adensado, impermeabilizado e impactado para a produção da vida urbana se torna cada vez mais desafiador considerando as formas ainda precárias e deficientes de abastecimento de água, de esgotamento sanitário, de mobilidade urbana e de habitação produzidas nas cidades.

Na região conhecida como Baixo Onça, em Belo Horizonte, a luta pela construção participativa de um projeto local é o lema do Movimento Deixem o Onça Beber Água Limpa que conta com um imaginário provocativo de um Ribeirão em leito

natural existente nesta região. Ali, há mais de 19 anos, o Conselho Comunitário Unidos pelo Ribeiro de Abreu – COMUPRA, junto com outras entidades, vem tecendo diálogos, projetos e ações resultantes em transformações locais, através das quais a vida das pessoas e do rio são condutoras de um processo de empoderamento local. Idealizador e principal mobilizador do Movimento Deixem Onça Beber Água Limpa, o COMUPRA segue realizando articulações entre os vários setores sociais com uma pauta clara voltada para o enorme potencial socioambiental da região, promovendo e incentivando ações que levem à requalificação socioeconômica, ambiental e participativa do Baixo Onça.

Reivindicações do COMUPRA, fortalecidas pelo Movimento Deixem o Onça Beber Água Limpa:

- 100% de interceptação e captação de esgoto do Ribeirão Onça, recuperação das margens e proteção das nascentes;
- Construção do novo acesso ao Ribeiro de Abreu e região, para possibilitar e melhorar o trânsito entre os bairros circundados pelo Ribeirão Onça;
- Municipalização da MG-20;
- Construção do Parque Comunitário Ciliar do Ribeirão Onça;
- Implementação do Plano de Relocalização de Famílias e Negócios inseridos nas manchas de inundação do ribeirão Onça no trecho entre a Cachoeira do Novo Aarão Reis e a ETE Onça.



PARQUE COMUNITÁRIO CILIAR DO RIBEIRÃO ONÇA

O eixo central que conduz as ações desse Movimento gira em torno da construção do Parque Comunitário Ciliar do Ribeirão Onça, localizado na área de inundação às margens deste Ribeirão. A região, uma das mais vulneráveis da cidade, possui diversas áreas de risco de enchentes onde vivem cerca de 5 mil habitantes, que serão realocados em uma área de intervenção

de aproximadamente 6 km, de acordo com a Prefeitura de Belo Horizonte. A prefeitura propõe a remoção das famílias das áreas de risco, demolição das construções, cercamento das áreas remanescentes e a implantação de áreas de uso social e paisagismo ao longo das áreas de preservação permanente. Contudo sabe-se que entre os tempos

burocráticos dos poderes públicos e das empresas de executarem o projeto, corre-se o risco de que as áreas desocupadas sejam novamente ocupadas de forma irregular, causando prejuízos para os cofres públicos e não eliminando o problema de famílias em áreas de risco. Neste contexto, o processo de realocação deve visar preservar vidas e o Parque Comunitário

Ciliar do Ribeirão Onça será o resultado do espaço que emergirá desse processo de realocação das famílias. Para que isso aconteça, as áreas do Parque já estão sendo ocupadas coletivamente pela própria comunidade, liderada pelo COMUPRA juntamente com seus parceiros.

É importante destacar que neste trecho da bacia o rio não está canalizado, proporcionando um belíssimo visual natural, com cachoeiras, praias e ilhas, a cerca de dez minutos do centro da capital mineira. Assim, desperta-se os olhares para a abundância, revisita-se sonhos antigos, percebe-se recursos próprios, as potencialidades locais e possibilidades infinitas de se organizar para uma ação de transformação coletiva, que só é possível quando as vontades são trazidas à tona a partir de um fluxo contínuo de energia interna movimentada pela missão e propósitos do COMUPRA, é viver com o rio vivendo.

RIBEIRÃO ONÇA EM NÚMEROS

Extensão do Baixo Onça

- 11,9 km - 3,36 km canalizados.

Afluentes

- Margem direita: Córrego Gorduras.
- Margem esquerda: Córrego Nossa Senhora da Piedade, Córrego Isidora e Córrego Santinha.

Cachoeiras

- Cachoeira Novo Aarão Reis – Ouro Minas - Extensão 190 m e queda 31 m.
- Cachoeira Ribeiro de Abreu – Novo Aarão Reis - Extensão de 72 m e queda de 9 m.
- Cachoeira Ribeiro de Abreu – Conjunto Ribeiro de Abreu - Extensão de 106 m e queda de 11 m.

Praias

- Ao todo são nove: quatro à margem direita e cinco à margem esquerda.

Ilhas

São três, incluindo a da ponte.

Manchas de inundação

São 75,15 ha de área na mancha de inundação do Ribeirão Onça com aproximadamente 6 km de comprimento.



PARQUE COMUNITÁRIO CILIAR DO RIBEIRÃO ONÇA

O Movimento Deixem o Onça beber Água Limpa orientado pela visão de devolver ao rio o espaço do rio e moradia digna a seus habitantes, busca propor ações de apropriação coletiva de áreas de convívio social, evitando que as margens sejam novamente ocupadas de forma irregular, considerando que são áreas de risco de enchente.

As populações das áreas de maior risco identificadas pela Prefeitura já estão sendo realocadas. Em um local onde aproximadamente 260 famílias foram removidas, o espaço foi ocupado com quadra de peteca, banquinhos, parquinho e um campinho de futebol.

Neste caso as ações foram executadas pela própria comunidade a partir da iniciativa do COMUPRA, que contou com a experimentação do método do Jogo Oásis, nas áreas onde as famílias foram realocadas. O jogo é uma ferramenta de mobilização cidadã, desenvolvido como parte da pesquisa de mestrado de Lucas Alves da Escola de Arquitetura da UFMG e foi criado pelo Instituto Elos, organização social de Santos, em São Paulo.

Já aplicado em diversos contextos no Brasil e no mundo, o jogo ajuda a engajar comunidades em torno da realização de sonhos coletivos que se materializam como praças, parques, centros comunitários, hortas, mas estimulam também maior participação na vida comunitária.

Esse tipo de ação evitou que as áreas fossem novamente invadidas, como tem acontecido em outros pontos do território do Parque. Além disso, são ações que despertam o sentimento de pertencimento e o empoderamento local, diminuindo a violência e proporcionando a construção coletiva de espaços para lazer. Assim os resultados vão muito além de uma transformação no espaço. A possibilidade de decidir sobre o próprio bairro, participar

de reuniões comunitárias e se encontrar para discutir outros sonhos são características que se tornam cada vez mais comuns nessa região.

Acrescente às iniciativas realizadas pelas comunidades do Baixo Onça a prática cotidiana de proteção de nascentes, os plantios de agrofloresta, a produção de energia solar, a produção de um viveiro de mudas, as trocas de saberes e conhecimentos, os espaços de educação ambiental, de geração de renda, de hortas comunitárias e uma população esperançosa de seu próprio potencial. Raramente grandes centros urbanos nos dariam a possibilidade de encontrar pessoas conversando, crianças brincando e até bola rolando no entorno de um rio, aberto e potente, ainda que poluído.

Mais do que reconstruir um imaginário de rios vivos em que se insere certa harmonia entre os cursos d'água e a construção da cidade, fabrica-se políticas públicas, empoderamento social, transformação socioambiental e econômica. O Movimento Deixem o Onça Beber Água Limpa atua nessa direção, provoca reflexões sobre tudo isso e ressalta a importância de reforçar que os espaços do rio sendo devolvidos ao rio traz possibilidades de melhorarmos nossas relações com o meio ambiente, a cidade, o próprio rio e assim a importância de multiplicar essa potencialidade.

Cada vez mais torna-se necessário pensar a memória do futuro sobre os rios que estamos construindo no presente. É imperativo engrossar vozes e multiplicar atitudes em busca de transformações reais nas formas de se relacionar com as águas urbanas. Como multiplicar sonhos? Construir metas? Tecer vontades? Produzir memórias de rios vivos? O Baixo Onça nos ensina a viver com o rio vivendo. É a voz e a vez de deixarmos o Ribeirão Onça Beber Água Limpa.



AÇÃO MEIO AMBIENTE

05 DE JUNHO - Diante de todos os impactos que o Meio Ambiente vem sofrendo, das mortes provocadas e do panorama geral enfrentado pelo país, poucos são os motivos para comemorar o dia Mundial do Meio Ambiente. Porém, mais do que nunca é necessário despertar a sociedade para a importância do ecossistema para nossa sobrevivência e de outras espécies.

Com esse intuito, o Projeto Manuelzão propôs a Ação Meio Ambiente, um evento para alertar a sociedade à necessidade de preservar o Meio Ambiente para que haja um futuro no planeta.

Em linha com as mobilizações globais pelo Dia Mundial do Meio Ambiente, o Projeto Manuelzão realizou a AMA - Ação pelo Meio Ambiente, no dia 05 de junho. O evento contou com a presença de representantes da luta pelo meio ambiente, como o Movimento pelas Águas e Serras de Minas (MovSam), o Observatório Lei.A, o Gabinete de Crise - Sociedade Civil, o Fridays for Future Belo Horizonte e o Movimento Pela Preservação da Serra do Gandarela. Com apoio da Assembleia Legislativa de Minas Gerais, foi realizada uma audiência pública e atividades culturais de educação ambiental.

MUTIRÃO DE PLANTIO EM ITABIRITO



25 DE MAIO - No último dia 25 de maio, membros do projeto Manuelzão e moradores de Itabirito estiveram mobilizados em um mutirão de plantio de mudas nativas na comunidade Água Limpa, em Itabirito. Ao todo, cerca de 50 pessoas se envolveram no plantio de 70 mudas com o objetivo de contribuir para a criação do parque "Pago Aquaville" e para a preservação de uma nascente próxima à região. Os espécimes de plantas próprias do ecossistema local foram adquiridos no viveiro de Itabirito e levados até a região, o condomínio Aquaville, pelo projeto.



ÔNIBUS DO PROJETO MANUELZÃO

Durante a Semana do Meio Ambiente, o tradicional ônibus do projeto Manuelzão esteve na estrada de segunda a segunda. Do Alto ao Baixo Velhas, a unidade itinerante, passou por Funilândia (03/06), Inimutaba (04/06), Joaquim Felício (06/06), depois em Belo Horizonte (07/06 e 08/06) e, finalmente, em Cardeal Mora, na Serra do Cipó (09/06). A convite das escolas e prefeituras locais, o ônibus realiza exposições e atividades de educação ambiental. Gestores educacionais que desejarem uma visita da equipe podem conseguir mais informações pelo e-mail: manuelzaoonibus@gmail.com

EM DEFESA DE ANDRÉ DO MATO DENTRO

15 DE JUNHO - O Movimento pela Preservação da Serra do Gandarela mobilizou, no dia 15 de junho, o ato para defender o rio São João e a comunidade de André do Mato Dentro, no município de Santa Bárbara, ambos ameaçados pela atividade mineradora. A empresa está construindo um "cânion" em um morro, devastando remanescentes de Mata Atlântica protegidos por lei, além de um depósito para 3 milhões de metros cúbicos de rejeito no leito do rio São João, na parte mais baixa de André do Mato Dentro.



O que se verifica na região é uma expropriação de territórios sem o menor respeito pelos direitos à propriedade e à cidadania. Além disso, é importante destacar que as águas que sofrem com a intervenção da mineradora são de classe especial, de excelente qualidade, e são as mesmas que abastecem Barão de Cocais.

NOVA TEMPORADA DAS CICLOEXPEDIÇÕES!

Este ano, a temporada do Cicloexpedições estará aberta entre julho e setembro. O projeto, que reúne educação ambiental e ciclismo, seguirá na missão de discutir a importância dos cursos d'água em Belo Horizonte, além da mobilidade urbana e também o uso e ocupação da cidade. Serão percorridos territórios como o Morro das Pedras, Lagoinha-Brejinho, Novo Baleia/Esplanada, Mata do Planalto/Vilarinho. Para mais informações sobre a temporada, acompanhe o Instagram @cicloexpedicoes



1ª CAMINHADA ECOLÓGICA PELO BARROÇÃO

11 DE JUNHO - A parceria entre o Projeto LUMES, da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo e a Faculdade de Ciências Econômicas da UFMG, e lideranças comunitárias dos bairros de São Paulo e São José, em Matozinhos, permitiu a realização da 1ª Caminhada Ecológica pelo Reconhecimento do Parque Barroção. O objetivo é que o parque, criado em novembro de 2014, se consolide como uma área verde, espaço de lazer, educação ambiental, convivência comunitária e, principalmente, preservação da natureza para a melhoria da qualidade de vida da população. A proposta está em sintonia com o que se prevê para os Lugares Urbanísticos Metropolitanos de Interesse Social - LUMES, do Macrozoneamento da RMBH.

Durante a caminhada, foi inaugurado um espaço com mesa e bancos para a convivência da comunidade e observação da paisagem natural. Está em andamento a instalação de uma academia de ginástica no local.



O DESMANCHE DO CONAMA E DO MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE

ENNIO RODRIGUES
Jornalista

De corte de gastos a mudanças estruturais, diversas estratégias na condução do Ministério do Meio Ambiente demonstram a tática do governo federal de desmanche de instituições de cunho ambiental. Acordos estabelecidos em gestões anteriores, inclusive com governos de outros países, também têm sido fragilizados ou revistos.

A participação popular, materializada nos conselhos e colegiados, foi uma das afetadas pela mudança nas diretrizes do governo. Em abril, o decreto 9.759/19 propôs a extinção de todos os colegiados da administração pública federal instituídos por decreto ou ato normativo inferior. Foi apenas com a intervenção do Supremo Tribunal Federal (STF), em junho, que o decreto foi limitado, e não poderá mais suprimir estruturas que tenham algum amparo em lei.

O Conselho Nacional do Meio Ambiente (Conama) não foi afetado por esse decreto, porém, teve sua estrutura modificada por outro texto presidencial. A determinação 9.806/19 reduziu de 96 para 23 o número total de membros do Conama. Representantes da sociedade civil e trabalhadores, por exemplo, tinham 22 assentos, para todo o país, e passaram a ter apenas quatro.

Outro órgão modificado pela atual gestão federal é o Instituto Chico Mendes de Conservação e Biodiversidade (ICMBio). Responsável pelo Sistema Nacional de Unidades de Conservação, o instituto deve fomentar e executar programas de pesquisa, preservação e proteção da biodiversidade. Em abril, os quatro diretores e o presidente do órgão foram substituídos por militares, coronéis e majores da polícia militar de São Paulo. Outro interesse do governo é uma revisão geral das 334 áreas de proteção ambiental no país, todas elas administradas pelo ICMBio.

A preservação deixou de ser prioridade

Com menos recursos, foram prejudicadas diversas ações do Ministério do Meio Ambiente, como as Iniciativas para Implementação da Política Nacional sobre Mudança do Clima, a Política Nacional de Resíduos Sólidos, a Gestão de Uso Sustentável da Biodiversidade, além do setor de controle e fiscalização do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), diretamente responsável pelo combate ao desmatamento.

Com relação ao Ibama, a estrutura de atuação do instituto também foi alterada. Em abril, o decreto 9.760/19 implementou duas mudanças relacionadas às multas do Ibama: criou os chamados "Núcleos de Conciliação" e modificou o programa de conversão de multas em restauração flo-

restal. Os recém-criados núcleos funcionam como uma instância inicial de análise de multas, podendo inclusive anistiar os multados. Já no caso da conversão de multas, as ações de compensação ambiental pleiteadas pelos infratores poderão ser realizadas pelas próprias empresas multadas, enfraquecendo, por exemplo, a ação de ONGs do setor.

Preocupação internacional

O Ministério do Meio Ambiente também teve sua ação reduzida pela atual gestão em, pelo menos, mais três pontos: a migração da Agência Nacional das Águas para o Ministério do Desenvolvimento Regional, do Serviço Florestal Brasileiro para o Ministério da Agricultura e o estremecimento das relações com países financiadores do Fundo Amazônia – Alemanha e Noruega são responsáveis por 99% dos recursos.

O Fundo Amazônia capta doações para investimentos em prevenção, monitoramento e combate ao desmatamento, e ações de promoção da conservação e do uso sustentável da Amazônia Legal. Em junho, os dois países europeus enviaram uma carta conjunta ao Ministério do Meio Ambiente e à Secretaria de Governo para se posicionar contra alterações sugeridas pelo Estado brasileiro na estrutura do Fundo.

A proposta do governo é reduzir o peso de ONGs e demais atores externos na gestão dos recursos em contrapartida a um aumento da participação do governo. E, além disso, o MMA sinalizou a intenção de destinar parte do Fundo Amazônia a proprietários rurais situados em unidades de conservação.



MOÇÃO DE REPÚDIO AO BINGO DO CONAMA

Centenas de entidades da sociedade civil têm se organizado em torno de uma Moção de Repúdio coletiva às modificações no Conama. De acordo com a nota divulgada em 27 de junho, o decreto 9.806/19 transforma o Conselho Nacional do Meio Ambiente "em bingo do governo federal, com sorteio de vagas para entidades da sociedade civil, como se processos democráticos de representação social pudessem ser substituídos por mero jogo de azar". Para ler a nota na íntegra e subscrever, acesse pela internet o endereço manuelzao.ufmg.br/mocao-de-repudio-ao-bingo-do-conama/

O aumento do desmatamento é apenas uma das consequências da política irresponsável na área ambiental. O princípio da precaução está sendo aliado na da política ambiental em pleno momento de desastres ambientais causados pelo setor produtivo.

VINÍCIUS MENDONÇA - IBAMA

DIREITO DOS ATINGIDOS

COMO SABER SE SOU ATINGIDO, DE ACORDO COM A LEI?

Decreto nº 7342/2010 (art. 2º): integrantes de populações sujeitos aos seguintes impactos:

- I - perda de propriedade ou da posse de imóvel;
- II - perda da capacidade produtiva das terras que faça limite com o empreendimento e por ele tenha sido parcialmente atingido;
- III - perda de áreas de exercício da atividade pesqueira e dos recursos pesqueiros;
- IV - perda de fontes de renda e trabalho;
- V - prejuízos comprovados às atividades produtivas locais;
- VI - inviabilização do acesso ou de atividade de manejo dos recursos naturais e pesqueiros
- VII - prejuízos comprovados às atividades produtivas locais a jusante e a montante do reservatório, afetando a renda, a subsistência e o modo de vida de populações.

Além disso:

- Atingido é "qualquer pessoa que tenha seu modo de viver inviabilizado ou alterado, seja por alterações físicas no território, na produção de sua renda ou manifestações socioculturais, pode ser considerado atingido".
- Pessoas com familiares (filhos, netos, pais, avós, cônjuges, companheiros e colaterais) nesse tipo de situação também podem pleitear os seus direitos.

(Fonte: Advogado popular Lucas Nasser Marques de Souza)

COMO POSSO COMPROVAR QUE SOU ATINGIDO?

Escrituras de propriedades, recibos de compras de animais e insumos agrícolas, ficha de cadastro de produtor, até vídeos, fotos e relatos de manifestações culturais e/ou religiosas, simbólicas, que possam ter sido alteradas ou inviabilizadas por interferência externa.

Do ponto de vista jurídico tem uma grande relevância a produção de provas para comprovar a alteração de modo de viver. Então, qualquer elemento, mesmo que pareça banal, pode ser importante para produção de prova indireta.

ONDE POSSO BUSCAR APOIO?

Instituições organizadas nos territórios, movimentos sociais, Ministério Público, Defensoria Pública.

ATÉ QUANDO POSSO GARANTIR MEUS DIREITOS? E QUAL O VALOR DAS INDENIZAÇÕES?

Os valores e prazos variam de acordo com cada caso. As indenizações podem ser definidas por sentença, por acordos extrajudiciais, individualmente e/ou de forma coletiva. Apesar dos prazos de prescrição das ações individuais, há o entendimento que esses prazos são suspensos enquanto há ação coletiva. Em Mariana e em Brumadinho, ações coletivas foram ajuizadas pelo Ministério Público e Defensoria Pública.

ATENÇÃO!

Quem se considera atingido deve estar atento: registre seus bens que tenham sido atingidos ou que você perdeu. Relacione tudo da forma mais detalhada possível. Procure um Cartório de Notas e faça uma Escritura Declaratória contendo a relação desses bens. Guarde o documento para uma futura necessidade. E não deixe de procurar também advogado, defensor público ou promotor para te orientar sobre questões específicas do seu caso.